



Tercio Sampaio Ferraz Junior
Marcelo Magalhães Peixoto
Cristiano Araújo Luzes
Coordenação

Metodologia do Direito Tributário brasileiro

AUTORES

Alexandre Evaristo Pinto | André Folloni
Arthur Maria Ferreira Neto | Carlos Augusto Daniel Neto
Cristiano Araújo Luzes | Cristiano Carvalho
Diego Diniz Ribeiro | Eduardo Jobim
Eurico Marcos Diniz de Santi | Fernando Aurelio Zilveti
Fernando Facury Scaff | Jeferson Teodorovicz
José Maria Arruda de Andrade | Luís Eduardo Schoueri
Marcelo Magalhães Peixoto | Martha Leão
Paulo Caliendo | Renato Lopes Becho
Tercio Sampaio Ferraz Junior

MP
EDITORA



Tercio Sampaio Ferraz Junior
Marcelo Magalhães Peixoto
Cristiano Araújo Luzes
Coordenação

Metodologia do Direito Tributário brasileiro

AUTORES

Alexandre Evaristo Pinto | André Folloni
Arthur Maria Ferreira Neto | Carlos Augusto Daniel Neto
Cristiano Araújo Luzes | Cristiano Carvalho
Diego Diniz Ribeiro | Eduardo Jobim
Eurico Marcos Diniz de Santi | Fernando Aurelio Zilveti
Fernando Facury Scaff | Jeferson Teodorovicz
José Maria Arruda de Andrade | Luís Eduardo Schoueri
Marcelo Magalhães Peixoto | Martha Leão
Paulo Caliendo | Renato Lopes Becho
Tercio Sampaio Ferraz Junior

Metodologia do direito tributário brasileiro / coordenação Tercio Sampaio Ferraz Junior, Marcelo Magalhães Peixoto, Cristiano Araújo Luzes. -- 1. ed. -- São Paulo : MP Editora, 2024.

Vários autores
Bibliografia
ISBN 978-85-7898-098-6

1. Direito tributário - Brasil I. Junior, Tercio Sampaio Ferraz. II. Peixoto, Marcelo Magalhães. III. Luzes, Cristiano Araújo.

24-205119

CDU: 34:336.2(81)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Produção editorial/gráfica
S. Guedes Editoração

Diretor responsável
Marcelo Magalhães Peixoto

Impressão e acabamento
Docuprint

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2024
Avenida Paulista, 509, sala 511
01311-910 – São Paulo
Tel./Fax: (11) 3105-7132
www.mpeditora.com.br
ISBN 978-85-7898-098-6

SUMÁRIO

Apresentação	13
 DIREITO TRIBUTÁRIO E PENSAMENTO CIENTÍFICO	
Alguns apontamentos sobre a institucionalização jurídica do ensino do Direito Tributário no Brasil <i>Jeferson Teodorovicz</i>	19
Introdução	19
1 Antecedentes estrangeiros na consolidação da criação da disciplina "Direito Tributário"	20
2 Os primeiros esforços "jurídicos" no Direito Tributário brasileiro e a contribuição inicial de João Martins de Oliveira	24
3 A colaboração de Tullio Ascarelli para o direcionamento jurídico do estudo e do ensino do Direito Tributário brasileiro	31
4 A contribuição de Rubens Gomes de Sousa para o surgimento disciplinar do Direito Tributário	35
5 A difusão da literatura tributária a partir da década de 1950	39
6 O passo seguinte no ensino do Direito Tributário no Brasil: a gradual separação entre o ensino da Ciência das Finanças e do Direito Financeiro	44
7 Enfim, a institucionalização da disciplina "Direito Tributário"	48
Considerações finais	55
 Desafios da filosofia da ciência para a ciência do direito – estudos em homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior <i>Renato Lopes Becho</i>	57
Introdução	57
1 A Filosofia da Ciência	58
1.1 A revolução científica e sua influência no estudo do direito	60
2 Processos de raciocínio científico: dedução, indução e suas variações	66
2.1 Inferência para a melhor explicação	72
2.1.1 Probabilidade e indução	73
2.2 Explicações em ciência	74

2.3 Unicidade ou partição das ciências	78
2.4 A falibilidade e a exatidão das teorias científicas	80
3 Não há uniformidade na consideração do que é o direito	83
4 À guisa de conclusão: se não for <i>ciência</i> , como apresentar o direito?	85
O uso do método interdisciplinar na pesquisa jurídico-tributária	87
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
<i>Marcelo Magalhães Peixoto</i>	
1 Introdução	87
2 Da especialização disciplinar	88
3 Da interdisciplinaridade na pesquisa científica	92
4 Da especialização à interdisciplinaridade no Direito Tributário	95
5 Das relações entre o Direito Tributário, a Contabilidade e a Economia	99
6 Conclusões	101

INTERPRETAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO

Vagueza e textura aberta no direito	105
<i>José Maria Arruda de Andrade</i>	
1 Introdução	105
2 Vagueza no direito	106
3 A especificidade da textura aberta frente à vagueza	110
4 Reconstrução histórica da ideia de textura aberta	115
5 Textura aberta e vagueza em F. Waismann e H. Hart	123
6 Referências	127
Princípios e regras: acerca do conflito normativo e suas aplicações práticas no direito tributário	129
<i>Paulo Caliendo</i>	
Introdução	129
Parte I – Do conflito entre princípios e regras	130
1 Do conflito entre princípios e regras	130
2 Da distinção entre princípios e regras	130
2.1 Das soluções propostas	131

2.1.1 Da prevalência dos princípios	131
2.1.2 Da prevalência das regras	136
2.1.3 Da ausência de prevalência entre princípios e regras	141
2.1.3.1 Argumentos que demonstram que inexistente um critério hermenêutico que defina <i>a priori</i> a prevalência dos princípios sobre as regras ou vice-versa	142
2.1.3.1.1 Argumento lógico	142
2.1.3.1.2 Argumento axiológico	143
2.1.3.1.3 Argumento sistemático	144
2.1.3.1.4 Argumento heurístico	144
2.1.3.1.5 Argumento semântico	145
2.2 Pressupostos teóricos e metodológicos	145
2.3 Da justificação da ausência de um critério hermenêutico que defina <i>a priori</i> a prevalência dos princípios sobre as regras ou vice-versa	150
2.3.1 Justificação pela consistência	151
2.3.2 Justificação pela coerência	158
2.3.3 Justificação pela conformidade	162
Parte II – Exame de casos de conflito entre princípios e regras no Direito Tributário	164
3 Exame de casos de conflito entre princípios e regras no Direito Tributário	164
3.1 Solução de casos "fáceis"	164
3.2 Decisões com prevalência de princípios sobre regras	165
3.3 Decisões com prevalência de princípios por incoerência sistemática	167
Considerações finais	168
Notas sobre a interpretação do direito em Maximiliano e em Tercio Ferraz e a hermenêutica do direito tributário	169
<i>Fernando Facury Scaff</i>	
Introdução	169
I As regras hermenêuticas segundo Carlos Maximiliano	170
II As regras hermenêuticas segundo Tercio Sampaio Ferraz Jr.	176
III A virada hermenêutica realizada	187
IV A interpretação do direito tributário	188
Conclusões	192
Referências	193

A derrotabilidade de regras no Direito Tributário brasileiro	195
<i>Carlos Augusto Daniel Neto</i>	
Introdução	195
1 O papel estrutural das regras e suas exceções no direito	197
2 O que significa ser uma norma derrotável?	203
3 O que justifica juridicamente a derrota de uma regra <i>in concreto</i> ?	207
4 A derrotabilidade de regras tributárias – particularidades e exemplos à luz do Direito brasileiro	213
Conclusões	218
Referências	219
 A flexibilização das limitações constitucionais ao poder de tributar: neoconstitucionalismo tributário?	223
<i>Martha Leão</i>	
1 Introdução	223
2 Breves considerações sobre neoconstitucionalismo	224
3 A mitigação da legalidade	230
4 A mitigação da anterioridade	239
5 Conclusões	245
6 Referências	246
 Interpretação e argumentação no direito tributário – e um apêndice sobre o formalismo jurídico	249
<i>Cristiano Araújo Luzes</i>	
1 Introdução	249
2 A questão metodológica atual: interpretação e argumentação	250
3 Tradições metodológicas no direito	252
4 Uma proposta para a questão metodológica: perspectiva compreensivo-realista	258
5 Aplicação no direito tributário	265
Um adendo: formalismo no direito tributário brasileiro	267
6 Referências	275

Consequencialismo jurídico e seus reflexos nos precedentes do STF em matéria tributária	277
<i>Diego Diniz Ribeiro</i>	
1 Introdução	277
2 Fixando premissas: o conceito de Direito aqui empregado	279
3 Definindo consequencialismo jurídico	281
3.1 A proposta intermediária de Neil MacCormick	285
3.2 A nova LINDB: legalização do consequencialismo?	288
4 Limites ao consequencialismo a partir do processo	291
4.1 A unidade material das decisões judicativas como valor no CPC/2015	293
4.1.1 A contribuição do Processo Civil para um controle metodologicamente adequado do consequencialismo jurídico	297
5 A análise de um exemplar precedente do STF e seu consequencialismo desarrazoado	304
5.1 A ADIN n. 4.628 e o protocolo ICMS CONFAZ n. 21	305
6 Conclusões	308
7 Referências	310
 Direito Tributário e Análise Econômica do Direito	313
<i>Cristiano Carvalho</i>	
Introdução – algumas palavras sobre o homenageado	313
1 Esclarecendo equívocos: o que, afinal, é a Análise Econômica do Direito e por que ela é importante	314
2 Análise Econômica Positiva e Análise Econômica Normativa: a dicotomia entre <i>lege data</i> e <i>lege ferenda</i>	317
3 Algumas aplicações no Direito Tributário	317
3.1 Por que e para que existem tributos?	318
3.2 Igualdade ou eficiência?	324
3.3 Uma questão de princípio	328
3.4 Conflito entre princípios: como decidir?	330
3.5 Sistema tributário brasileiro, custos de transação e o Teorema de Coase	332
Conclusões	335
Referências	337

Não cumulatividade e isenção no meio da cadeia produtiva <i>Luís Eduardo Schoueri</i>	339
Introdução	339
1 O tema enfrentado por Tercio: ICMS, não cumulatividade e suas exceções constitucionais	340
2 O tema enfrentado pela Jurisprudência	346
2.1 O Supremo Tribunal Federal e a não cumulatividade do ICMS na hipótese de isenção	347
2.2 Outras formas de restrição à não cumulatividade na incidência do ICMS	348
3 O tema a partir da Emenda Constitucional n. 132/2023	349

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

Justiça e tributação: do conceito às concepções de justiça <i>Eduardo Jobim</i>	355
1 Introdução	355
2 Conceito de justiça	358
3 Concepções de justiça	369
4 Conclusão	377
O Solidarismo Fiscal e os riscos de relativização de garantias do contribuinte <i>Arthur Maria Ferreira Neto</i>	379
1 Introdução	379
2 O surgimento do Solidarismo Fiscal no direito tributário brasileiro	384
3 Os principais doutrinadores que arquitetaram o Solidarismo Fiscal	390
4 A inspiração na hermenêutica constitucional defendida pela teoria da "Constituição viva" e pelo neoconstitucionalismo	396
5 Alguns pressupostos do Solidarismo Fiscal	399
6 Conclusão	411
7 Referências	412

Algumas notas sobre a justificativa do imposto de renda no Brasil <i>Fernando Aurelio Zilveti</i>	417
1 Introdução	417
2 Notas sobre a justificativa do imposto de renda	419
3 Breve histórico sobre o imposto de renda no Brasil	424
4 A justificativa do imposto de renda brasileiro	438
5 Conclusão	442
Comparando no Direito Tributário: tributo como dever de solidariedade na Itália e elementos de Direito Constitucional Tributário brasileiro <i>André Folloni</i>	443
Introdução	443
1 O caráter híbrido da Constituição	443
2 Contexto da Constituição da Itália	446
3 Deveres inderrogáveis de solidariedade na Constituição italiana	447
4 O dever tributário como dever inderrogável de solidariedade	452
5 O dever tributário na Constituição brasileira	456
6 Conclusão	459

NOVOS DESAFIOS DA TRIBUTAÇÃO

Inteligência artificial, princípio da publicidade e algumas repercussões para a legalidade tributária <i>Tercio Sampaio Ferraz Junior</i>	463
1 Inteligência artificial	463
2 Os sistemas artificiais de inteligência	464
3 Lei e exigência de publicidade: a impressão na perspectiva do ponto fixo da legalidade	467
4 Da legalidade tipográfica à legalidade digital	469
5 Um desafio	474

Nossa reforma tributária, EC 132/2023 e Seminários da Feiticeira	475
<i>Eurico Marcos Diniz de Santi</i>	
Introdução	475
1 Distorções da tributação de bens e serviços no Brasil	477
1.1 Como funciona o IVA?	477
1.2 Problemas do modelo brasileiro	478
2 Dificuldade de migrar do modelo atual para o IVA	480
3 A proposta do Centro de Cidadania Fiscal	482
3.1 Características básicas do IBS	483
3.2 Transição para as empresas	484
3.3 Alíquotas, isenções e regimes especiais	486
3.4 Extrafiscalidade	487
3.5 Competência dos Estados e Municípios e repartição de receitas	489
3.6 Formação da alíquota do IBS	492
3.7 Interação com o Simples Nacional	495
3.8 Legislação	496
3.9 Administração do imposto e contencioso	497
3.10 Imposto seletivo	497
4 Comentários finais	498

APRESENTAÇÃO

Um método diz respeito ao *modo* como proceder. A palavra vem do grego, *methodos*, formado por *meta*, que significa “através de”, e *odos*, que significa “via”, “caminho”. Para Descartes, o método seria o “meio de bem conduzir o pensamento”. Para além de Descartes, é possível dizer que o método diz com certo estilo, uma particular maneira de lidar com alguma questão, ou melhor, as vias escolhidas para empreender determinada tarefa ou resolver problemas. O método científico possui características próprias, todo um rigor que lhe é particular, que tem a ver com a possibilidade da repetição de resultados a partir de causas controladas e verificáveis. Mas se pode dizer que a arte também possui um método, assim como quase tudo na vida humana possui um modo de fazer. A metodologia, logo, é o estudo sobre as formas possíveis de se proceder sobre algo. No direito tributário, há também uma metodologia, isto é, um estudo que deve se encarregar avaliar, especular e considerar os modos possíveis de lidar com essa disciplina jurídica que cuida da decisão em matéria de exações, dos conflitos que permeiam a relação tributária e dos seus princípios.

A metodologia, como campo próprio de estudos, pode significar tanto a descrição do conjunto de procedimentos/padrões que se aplicam em determinado campo do saber ou ofício, quanto a análise sobre esses mesmos procedimentos, no sentido de sua crítica e abertura para novos procedimentos. Por muito tempo, seria possível sustentar uma metodologia apenas como descrição dos procedimentos, regras e estruturas do pensamento científico que se aplicam ao direito, por exemplo. Ocorre que, atualmente, surgiu uma multiplicidade de teorias jurídicas que colocam em questão a própria ideia de um único método para o direito (ou até mesmo que questionam a própria ideia de um método). O neoconstitucionalismo, a análise econômica do direito, a teoria dos princípios, o consequencialismo e, inclusive, o advento da inteligência artificial com seus traços disruptivos, entre outros modelos teóricos, desafiam os modelos mais tradicionais do pensamento jurídico brasileiro. Por isso, renova-se o interesse pela metodologia, agora como crítica do método, ou seja, como uma reflexão sobre as próprias condições metodológicas da prática do direito. Quais os métodos do pensamento jurídico? Quais os critérios para uma decisão jurídica adequada?

esta tributação a Ministra relatora Ellen Gracie e os ministros Carlos Ayres Britto, Marco Aurélio e Celso de Mello.

Considerações finais

A solução do conflito entre princípios e regras é um dos problemas mais instigantes da ciência do Direito, palco de diversas contribuições e inovações teóricas nos últimos anos. A sua importância prática e teórica não precisaria ser ressaltada, na medida em que ela reflete diariamente na vida do cidadão por meio da interpretação do texto constitucional, na busca da proteção e da promoção dos direitos fundamentais do contribuinte.

Sem pretender esgotar todas as possibilidades de concreção de princípios e regras no Direito Tributário, intenta-se demonstrar que inexiste um cânone interpretativo único que indique a prevalência dos princípios sobre as regras ou vice-versa, mas que somente uma *interpretação sistemática* do caso concreto é que permitirá verificar quais as conexões lógico-axiológicas que indicarão a “melhor solução possível” para o caso.

NOTAS SOBRE A INTERPRETAÇÃO DO DIREITO EM MAXIMILIANO E EM TERCIO FERRAZ E A HERMENÊUTICA DO DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Facury Scaff

Professor Titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo.
Sócio de Silveira, Athias, Soriano de Mello, Bentes, Lobato & Scaff – Advogados.

É preciso distinguir a atividade argumentativa de advogados, diante de juízes, que buscam uma decisão favorável ao seu cliente, da tarefa posta ao jurista, quando busca uma significação que possa ser válida para todos os envolvidos no processo comunicativo normativo. É o que se chama de interpretação doutrinária.

Tercio Sampaio Ferraz Jr.¹

Introdução

01. Um dos temas mais controvertidos em matéria jurídica diz respeito à hermenêutica do direito. Como interpretar a norma jurídica?

O CTN, que dispõe normativamente sobre a interpretação e a integração da legislação tributária, é uma vetusta norma com quase 60 anos, decorrente de um Anteprojeto de Lei elaborado por Rubens Gomes de Sousa na década de 1950, e aprovado em 1966.

Existem regras hermenêuticas antigas que buscam disciplinar a matéria, mas estarão adequadas à contemporaneidade? Será que o Direito é o mesmo há *um século*, usando como referência a obra de Carlos Maximiliano, *Hermenêutica e aplicação do direito*, lançada em 1924, e que assentou as bases da interpretação das normas jurídicas no Brasil?

1. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 221.

Existe alguma teoria mais atual que aponte regras para a hermenêutica jurídica? A doutrina mudou ao longo do tempo? Seguramente a sociedade mudou.

Este texto busca investigar esse âmbito doutrinário, usando como referência a obra de Tercio Sampaio Ferraz Jr, fundada na teoria da comunicação normativa. Trata-se de uma pesquisa ainda em curso, estando pendente a análise de outras correntes doutrinárias e autores, o que ampliará o espectro do que ora se traz a lume.

Ao final do texto, é esboçada a hermenêutica do *direito* tributário, embora sua aplicação à *legislação* tributária ainda não tenha sido investigada, motivo pelo qual as normas que regem a matéria no CTN são analisadas.

I As regras hermenêuticas segundo Carlos Maximiliano

02. Carlos Maximiliano exerceu inúmeros cargos de destaque em nosso país. Foi advogado (1898-1934 e 1918-1934), Deputado Federal (1911-1914 e 1919-1923), Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores (1914-1918), Deputado Constituinte (1933-1934), Procurador Geral da República (1934-1936) e Ministro do STF (1936-1941)².

A 1ª edição de sua festejada obra *Hermenêutica e aplicação do direito*, que assentou as bases da interpretação das normas jurídicas no Brasil, foi lançada em 1924.

No prefácio à 1ª edição, relata que a conclusão de seus estudos havia sido postergada em quatro anos, em razão do “preparo final do Código Civil” de 1917, e que o texto de João Barbalho, que precedia sua análise, “já era deficiente para a época”, pois os “erros de interpretação constitucional perturbavam a vida do país, suscitavam dissídios entre os poderes públicos e comprometiam o prestígio das instituições”³. Menciona ainda a obra de Francisco de Paula Batista⁴, que havia sido publicada meio século antes, e que, “em relação à atua-

lidade, além de falho, está atrasado demais”, e que, após essa obra sobre o estudo da hermenêutica “apenas se encontram capítulos muito breves, resumos de dez a doze páginas em livros concernentes à Teoria Geral do Direito Civil”.

Arremata Maximiliano sobre a doutrina *brasileira* nessa matéria: “Quantos erros legislativos e judiciários decorrem da orientação retrógrada da exegese!”

Menciona que desde a obra que era então de referência, de Paula Batista, surgiram na Europa os debates sobre a Escola Histórica, com Savigny, e o combate travado por Jhering, e sua Escola Teleológica, posteriormente designada pela Escola do Direito Livre, de Freie, as quais analisa em conjunto com outros textos.

Seu foco é a “interpretação do Direito Civil, escrito ou consuetudinário”, com “sínteses dos preceitos que especialmente regem a exegese de Atos Jurídicos, Direito Constitucional, Comercial, Criminal e Fiscal”.

O Autor ainda declara o método adotado: “Como prefiro realizar obra de utilidade prática, expus as doutrinas avançadas, porém adotei, em cada especialidade, a definitivamente vitoriosa, a medianeira entre as estreitezas do passado e as audácias do futuro. Nas linhas gerais, fui muito além da Dogmática Tradicional; passei pela escola Histórica; [e] detive-me na órbita luminosa e segura do Evolucionismo Teleológico”.

O declarado intuito de Maximiliano era tratar em sua obra apenas de *hermenêutica*, mas se viu forçado a também tratar da *aplicação* do Direito, “por guardarem vários assuntos íntima conexão com um ou outro departamento científico”, expondo os conceitos de hermenêutica⁵ e de aplicação⁶. Afirmando ainda: “A exegese, mero auxiliar na aplicação das normas escritas, nada procura, nem conclui, em desacordo com a índole do regime”⁷, o que

Francisco de Paula Batista, identifica-se como possível a referência ao *Compêndio de Hermenêutica Jurídica*, de 1860, o que é mencionado em notas de rodapé ao longo do livro.

5. “A Hermenêutica Jurídica tem por objetivo o estudo e a sistematização dos processos aplicáveis para determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito” (MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 13).
6. “A Aplicação do Direito consiste no enquadrar um caso concreto em a norma jurídica adequada. Submete às prescrições da lei uma relação da vida real; procura e indica o dispositivo aplicável a um fato determinado. Por outras palavras: tem por objeto descobrir o modo e os meios de amparar juridicamente um interesse humano” (MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 19).
7. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 201.

2. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. III (Prefácio à 1ª edição, de 1924).

3. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. VIII (Prefácio à 1ª edição, de 1924).

4. O livro de Carlos Maximiliano não traz referência ao livro de Paula Batista, e não dispõe de Bibliografia na qual seja possível identificar a obra. Buscando-se na Wikipedia pelo nome de

abre diversas possibilidades interpretativas, com múltiplos alcances, a depender do teor do regime, se autoritário, democrático etc.

A obra se tornou clássica, com várias reedições e reimpressões, e assentou as bases da interpretação do Direito no Brasil, festejada pela doutrina e pela jurisprudência nacionais, inclusive com ampla utilização contemporânea pelo STF.

03. A obra é profundamente erudita, embora com pouca sistematicidade para os padrões atuais, sendo que a parte que se tornou consagrada foi a dos *processos* de interpretação, que seriam: (1) o filológico ou gramatical; (2) o lógico, e (3) o sistemático.

Após sua descrição, comenta o uso de dois *elementos*: o *histórico* e o *filológico*, aparentemente dialogando com Savigny e Jhering. Posteriormente agrega outro elemento, os *fatores sociais*.

Consigna-se sua advertência: “A interpretação é uma só; não se fraciona”, sendo exercitada por “vários processos”, aproveitando-se de “elementos diversos”⁸. E afirma, com convicção, que “deve o direito ser interpretado inteligentemente”⁹.

04. O *processo filológico* ou *gramatical* orienta-se no sentido de “entender a linguagem empregada”, atendendo “à forma exterior do texto; preocupa-se com as acepções várias dos vocábulos; graças ao manejo relativamente perfeito e ao conhecimento integral das leis e usos da linguagem procura descobrir qual deve, ou pode ser o sentido de uma frase, dispositivo ou norma”¹⁰.

Discorre sobre vários aspectos desse processo, e alerta, embasado em Vico, que “quem só atende à letra da lei, não merece o título de jurisconsulto, é simples pragmático”¹¹.

8. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 136.

9. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 205.

10. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 137.

11. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 143.

Considera que “o último golpe na preferência pela exegese verbal foi vibrado com o *método sociológico*, incompatível com o apego servil à letra dos dispositivos legais, que é verdadeiro processo de ‘ossificação do Direito’; pois impede o trabalho criador por parte da jurisprudência, cujo papel, bem compreendido, leva a melhorar sensivelmente a lei”¹².

05. O *processo lógico* consiste em “procurar descobrir o sentido e o alcance das expressões do Direito sem nenhum elemento exterior, [...] aplicar ao dispositivo em apreço um conjunto de regras tradicionais e precisas, tomadas de empréstimo à Lógica geral. Pretende, do simples estudo das normas em si, ou em conjunto, por meio do raciocínio dedutivo, obter a interpretação correta”.

Alerta Maximiliano que, aqueles que adotam o processo lógico caíram no caminho oposto aos que empregam o formalismo do processo gramatical, pois “pretenderam reduzir tudo a precisão matemática, enquadrar, em uma série de analogismos bem concatenados, todo o raciocínio do exegeta e aplicador do Direito. Tal sistema, por si só, não é produtor. [...] Degenera facilmente em verdadeira pedanteria escolástica. Oferece aparência de certeza, exterioridades ilusórias, deduções pretensiosas; porém, no fundo, o que se ganha em rigor de raciocínio, perde-se em afastamento da verdade, do Direito efetivo, do ideal jurídico”¹³.

O Autor também critica aqueles que, “arrastados pelo entusiasmo pelos princípios sociológicos, erraram também em fazer tábula rasa do passado, e, em consequência, perdida a brida, sem ponto de apoio, resvalaram até a *livre interpretação*, ao julgamento independente dos Códigos, aos arestos *praeter*, e também *contra legem*”¹⁴.

Afirma que a virtude está no meio-termo, pois todos os processos se completam reciprocamente, e todos os elementos contribuem para a descoberta da verdade e a aproximação da justiça.

12. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 151.

13. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 156-157.

14. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 160.

06. Para Maximiliano o *processo sistemático* consiste em “comparar o dispositivo sujeito a exegese, com outros do mesmo repositório, ou de leis diversas, mas referentes ao mesmo objeto”. Afirmar ainda que não se encontra princípio isolado em ciência alguma, estando cada qual em conexão íntima com os outros, sendo “membro de um grande todo; por isso do exame em conjunto resulta bastante luz para o caso em apreço”.

Citando Celso, menciona que no Digesto romano já existia preceito nesse sentido: “é contra o Direito julgar ou emitir parecer, tendo diante dos olhos, em vez da lei em conjunto, só uma parte da mesma”. A verdade inteira, arremata, “resulta do contexto, e não de uma parte truncada, quicá defeituosa, mal redigida; examine-se a norma na íntegra, e mais ainda, o Direito todo, referente ao assunto”¹⁵.

07. No passo seguinte, Maximiliano se debruça sobre os *elementos* de interpretação, mencionando o elemento histórico e o teleológico.

Maximiliano louva o elemento *histórico*, pois “o que hoje vigora, abrolhou de germens existentes no passado; o Direito não se inventa; é um produto lento da evolução, adaptado ao meio; com o acompanhar o desenvolvimento desta, descobrir a origem e as transformações históricas de um instituto, obtém-se alguma luz para o compreender bem. [...] Se o presente é um simples desdobramento do passado, o conhecer deste parece indispensável para compreender aquele; daí a grande utilidade da História do Direito para o estudo da ciência jurídica”¹⁶.

Aponta, contudo, a existência de dois extremos perigosos: o excessivo apreço e o completo repúdio ao elemento histórico.

O Autor critica a busca pela *intenção do legislador*, e também a *interpretação autêntica*, que ele contesta usando como paradigma o que denomina de *interpretação tradicional anterior ao seu livro*, isto é, aquela embasada em Francisco de Paula Batista. E arremata: “o conteúdo da lei é independente da vontade de seu autor”¹⁷.

08. O elemento *teleológico* analisa os fins buscados por meio da norma jurídica. “Toda prescrição legal tem provavelmente um escopo, e presume-se que a este pretenderam corresponder os autores da mesma, isto é, quiseram tornar eficiente, converter em realidade o objetivo ideado. A regra positiva deve ser entendida de modo que satisfaça aquele propósito; quando assim não se procedia, construíam a obra do hermeneuta sobre a areia movediça do processo gramatical”¹⁸.

O escopo delimita o conteúdo da norma, retifica e completa a hipótese legal e auxilia a tornar precisa as espécies que nela se encontram, fixando seu alcance. Todavia, não se deve ficar aquém, nem passar além do escopo referido, pois “o espírito da norma há de ser entendido de modo que o preceito atinja completamente o objetivo para o qual foi feita, porém dentro da letra dos dispositivos”¹⁹.

Alerta para a delimitação desse elemento: “Em todo caso, o hermeneuta usa, mas não abusa, da sua liberdade ampla de interpretar os textos; adapta os mesmos aos fins não previstos outrora, porém compatíveis com os termos das regras positivas; somente quando de outro modo age, quando se excede, incorre na censura de Bacon, a de ‘torturar as leis a fim de causar torturas aos homens’”. E, citando Picard: “O homem não é feito para os princípios; os princípios é que são feitos para o homem”²⁰.

09. Os fatores sociais se caracterizam como outro elemento de análise, pois “se é certo que o juiz deve buscar o verdadeiro sentido e alcance do texto; todavia esse alcance e aquele sentido não podem estar em desacordo com o fim colimado pela legislação – o bem social. (...) A própria evolução desta ciência realiza-se no sentido de fazer prevalecer o interesse coletivo, embora timbre a magistratura em o fazer conciliar com o do indivíduo. (...) Eis porque os fatores sociais passaram a ter grande valor para a Hermenêutica, a atende

15. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 161-163.

16. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 171-172.

17. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 178.

18. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 188-189.

19. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 190.

20. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 192-193.

o intérprete hodierno, com especial cuidado, às consequências prováveis de uma ou outra exegese”²¹.

II As regras hermenêuticas segundo Tercio Sampaio Ferraz Jr.

10. Em contraponto à secular doutrina de Maximiliano sobre hermenêutica jurídica, passa-se a outra análise, mais contemporânea, baseada na *teoria da comunicação* normativa.

Em 1988 é lançada a obra *Introdução ao estudo do direito*²², de Tercio Sampaio Ferraz Jr., contendo um capítulo específico denominado “Dogmática jurídica ou a ciência do direito como teoria da interpretação”, não se tratando apenas de “dez a doze páginas”, nem se referindo ao “direito civil”, como criticou Maximiliano referindo-se aos manuais de sua época.

Tercio tornou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e bacharel em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia da mesma Universidade, concluindo ambos em 1964. Kursou doutorado em Filosofia pela Universidade do Mainz, na Alemanha, em 1968, e em 1970 concluiu seu doutorado em Direito, pela Universidade de São Paulo. Foi Procurador Geral da Fazenda Nacional (1991-1993). É advogado e professor titular aposentado de Filosofia do Direito da Universidade de São Paulo, tendo substituído na cátedra ao professor Goffredo da Silva Telles Jr.²³

11. Expõe o Autor que a interpretação dos textos, para o jurista, tem uma função diferente daquela utilizada pelas demais pessoas, pois busca não apenas compreender seu *sentido* e o *movimento* em seu contexto, mas também determinar sua *força* e seu *alcance*, pondo o texto normativo em presença dos dados atuais de um problema²⁴.

Tercio expõe seu raciocínio com rigor didático e uma multiplicidade de exemplos, dividindo sua análise sobre a hermenêutica jurídica entre uma parte inicial, *filosófica* ou *zetética* (termo que utiliza embasado em Theodor Viehweg), para, só após, se debruçar sobre os aspectos da *dogmática* jurídica²⁵.

12. A explicação primordialmente *filosófica* ou *zetética* parte da análise da obra *Teoria pura do direito*, de Hans Kelsen, editada em 1934, expondo o que denomina de *desafio kelseniano*.

Para Kelsen, existe a interpretação *autêntica* e a *doutrinária*, sendo que a primeira é realizada por órgãos que têm competência (no sentido jurídico da expressão), e a segunda realizada por quem não tem a qualidade de órgão competente para dizer o direito. Cumpre à ciência jurídica conhecer o direito, *descrevendo-o* com rigor, e assim demonstrar a multiplicidade de sentidos do texto (até aqui haveria interpretação *doutrinária*), porém a única interpretação válida seria a *autêntica*, que seria proferida pelo órgão competente.

Tercio reconhece que “essa coerência de Kelsen com seus princípios metodológicos deixa-nos sem armas”, e expõe que, “para Kelsen, é possível denunciar, de um ângulo filosófico (zetético), os limites da hermenêutica, mas não é possível fundar uma teoria dogmática da interpretação [...]”. Com isso, Kelsen frustra um dos objetivos fundamentais do saber dogmático, desde que ele foi configurado como um conhecimento racional do direito”²⁶. Enfrentar essa questão é que se configura como o *desafio kelseniano*.

Para enfrentar o desafio, Tercio *desconstrói* os métodos então tradicionais baseados em fórmulas subjetivistas (pensamento do legislador) ou objetivistas

²¹ Explica Tercio: “Zetética vem de *zetein*, que significa ‘perquirir’; *dogmática* vem de *dokein*, que significa ‘ensinar’, ‘doutrinar’. Embora entre ambas não haja uma linha divisória radical (toda investigação *acentua* mais um enfoque que o outro, mas sempre tem os dois), sua diferença é importante. O enfoque dogmático releva o ato de opinar e ressalva algumas das opiniões. O zetético, ao contrário, desintegra, dissolve as opiniões, pondo-as em dúvida. Questões zetéticas têm uma função especulativa explícita e são infinitas. Questões dogmáticas têm uma função diretiva explícita e são finitas. Nas primeiras, o problema tematizado é configurado como um *ser* (que é algo?). Nas segundas, a situação nelas captada configura-se como um *dever-ser* (como deve-ser algo?). Por isso, o enfoque zetético visa saber o que é uma coisa. Já o enfoque dogmático preocupa-se em possibilitar uma decisão e orientar uma ação” (destaques do original) (FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito*: técnica, decisão, dominação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 18).

²⁶ FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito*: técnica, decisão, dominação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 229-230.

21. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 196.

22. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito*: técnica, decisão, dominação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. O capítulo referido é o de número 5.

23. Wikipedia, última consulta em 09 de abril de 2024.

24. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. p. 221.

(espírito do povo, representado pelo ordenamento), analisando as diversas Escolas que analisaram a matéria (Jurisprudência dos Conceitos, Escola da Exegese, Jurisprudência dos Interesses, Movimento do Direito Livre), mencionando que, em síntese, buscavam diferentes *métodos* para a busca do fim imanente do direito (método teleológico), ou de seus valores fundamentais (método axiológico), ou de suas condicionantes sociais (método sociológico), ou de seus processos de transmissão (método axiológico-evolutivo) ou de sua gênese (método histórico)²⁷.

Tercio registra o caráter autoritário que ocorre na exacerbação do método objetivista, pois declara como válida a interpretação efetuada por uma única pessoa, como ocorreu durante o nazismo, quando as normas deveriam ser interpretadas de acordo com a vontade do *Fuhrer*²⁸, o que repetiu disposição ocorrida na época de Justiniano, que vedava a interpretação do *Corpus Iuris Civilis*, o que escondia que a única interpretação válida era a que dele provinha²⁹. De certa forma, isso também ampara a Escola Realista, que entende ser o direito aquilo que promana da jurisprudência. Hoje é inegável que toda norma jurídica deve ser interpretada, o que é realizado por meio de uma comunidade aberta de intérpretes, não sendo o direito aquilo que é determinado por uma única autoridade ou pelo Poder Judiciário – este tem *apenas* o ingente *dever* de dar a última palavra *nos autos*, e não de dar a última palavra sobre o *direito*.

13. Depois da desconstrução, Tercio *reconstrói* o processo jurídico-hermenêutico *zetético* a partir da relação da tradução de textos, para chegar à conclusão de que “o critério da boa tradução repousa no *enfoque* do tradutor, ou, mais precisamente, na *aceitação* do enfoque do tradutor”, que, ao ser aceito, abre-lhe um *crédito de confiança*³⁰.

27. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 232.

28. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 234.

29. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 230.

30. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 239.

Daí passa à demonstração da correlação entre interpretação jurídica e o poder de violência simbólica, mencionando que “não se trata de coação, pois, pelo poder de violência simbólica o emissor não coage, isto é, não se substitui ao outro. Quem age é o receptor. Poder aqui é controle. Para que haja controle é preciso que o receptor conserve suas possibilidades de ação, mas aja conforme o sentido, isto é, o esquema de ação do emissor. Por isso, ao controlar, o emissor não elimina as alternativas de ação do receptor, mas as neutraliza”³¹.

Passa “organização simbólica da fala vê-se ordenada conforme critério de alto/baixo – *hierarquia* – e de dentro/fora – *participação*”³², existindo ainda uma terceira díade que lhe confere a forma cheia, a de claro/escuro, que representa os códigos *fortes* ou *fracos* em cujos termos a norma é vazada³³.

A díade alto/baixo transmite a relação de poder da *autoridade* competente para emitir a norma, o que dita sua *hierarquia*. A díade dentro/fora transmite o valor da participação, daí surgindo a *liderança*, que é uma forma bem-sucedida de *supor* consenso, e o poder da *reputação*, enquanto controle daquele repertório normativo a ser analisado. A díade claro/escuro corresponde ao sentido a ser dado à prescrição normativa, se forte (busca dar um sentido *unívoco* à prescrição), se fraco (busca dar um sentido mais *flexível* à norma).

Tercio expõe a existência de diferentes línguas: a língua da *realidade*, a língua *normativa* e a língua *hermenêutica*. Em síntese, quando interpretamos, “realizamos a passagem de uma língua, a das prescrições normativas, para outra língua, a da realidade”³⁴. A língua *normativa* contém um discurso *prescritivo*, pois não diz como as coisas são, mas como devem-ser; e a língua da *realidade* é dominada pelo discurso do *ser*. É a *língua hermenêutica* que faz a tradução, isto é, a *passagem* de uma língua para outra, por meio de regras próprias, utilizando-se também, de forma secundária, das regras básicas do *ser* e do *dever-ser*.

31. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 242.

32. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 241.

33. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 249.

34. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 244.

Para que essa mediação da língua *hermenêutica* funcione é preciso considerar um *pressuposto*, o do *legislador racional*, que Tercio expõe baseado em Santiago Nino, com diversas características: (1) é uma figura *singular*, embora possa ser colegiada, configurando-se como o *legislador*; (2) é também *permanente*, pois não desaparece com o passar do tempo e a morte dos indivíduos; (3) é *único*, uma vez que estabelece normas para todo o ordenamento regido por aquela matéria; (4) é *consciente*, pressupondo-se que conheça todas as normas do ordenamento; (5) é *finalista*, pois ao aprovar uma norma tem sempre uma intenção; (6) é *omnisciente*, uma vez que se pressupõe que conheça todos os fatos, passados, presentes e futuros ao legislar; (7) é *onipotente*, pois suas normas vigem até que outro legislador as substitua; (8) é *justo*, uma vez que jamais desejaria aprovar algo que se configurasse como uma injustiça; (9) é *coerente*, pois, mesmo quando se contradiz, basta que se invoque uma norma superior, posterior ou especial para sua análise; (10) é *omnicomprensivo*, pois o ordenamento tudo regula, direta ou implicitamente; (11) é *econômico*, uma vez que não utiliza palavras supérfluas, e cada norma tem uma função específica; (12) é *operativo*, pois todas as normas têm uma função (operatividade); (13) por fim, também é *preciso*, pois, apesar de se valer da linguagem natural, que possui vagueza e ambiguidade, pressupõe-se seu uso de forma técnica³⁵.

O *pressuposto* do *legislador racional*, na verdade, é o sustentáculo de dois princípios da *hermenêutica dogmática*: o da inegabilidade dos pontos de partida, que implica afirmar que as normas devem ter um sentido básico, e o de que não deve haver conflito sem decisão.

A língua da *hermenêutica*, portanto, se apoia em um dever-ser *ideal*, “que se apresentará como um dever-ser sistemático, teleológico e sociologicamente efetivo. Afinal, para a *dogmática*, as normas jurídicas são *vigentes* dentro do sistema que integram, são *eficazes*, pois produzem efeitos na realidade social, e são dotadas de *império*, têm uma força que exerce uma função e um objetivo”³⁶. Nesse sentido, a *vigência* manifesta uma relação de *autoridade*, fruto da relação hierárquica do sistema (díade alto/baixo), a *eficácia* significa a possibilidade de atuação da norma (díade dentro/fora) e a *imperatividade* significa sua impositividade pela funcionalidade do sistema (díade claro/escuro).

O *pressuposto* do *legislador racional* exige que as dimensões de *autoridade*, *liderança* e *reputação* sejam *congruentes*, e o hermenêuta, ao interpretar uma norma, não deve se cingir a um único método, mas aplicar a todos.

Dessa análise zetética decorre a *função racionalizadora* da hermenêutica *dogmática*, que “consiste em ser uma caixa de ressonância das esperanças prevaletentes e das preocupações dominantes dos que creem no governo do direito acima do governo dos homens. Daí a constituição desse empíreo racional do legislador racional, em que os ideais contraditórios aparecem como correntes, em que o direito é, simultaneamente, seguro e elástico, justo e compassivo, economicamente eficiente e moralmente equitativo, digno e solene, mas funcional e técnico”³⁷. “Essa astúcia da razão dogmática põe-se, assim, a serviço do enfraquecimento das tensões sociais, na medida em que neutraliza a pressão exercida pelos problemas de distribuição de poder, de recursos e de benefícios escassos”³⁸.

Embora Tercio não utilize essas palavras, entende-se que esse processo demonstra a função *encobertadora* da hermenêutica zetética, criando ideologicamente um Estado de Direito a partir do *pressuposto* do *legislador racional*, que não existe em concreto, pois a norma é fruto de inúmeras *paixões* pessoais ou midiáticas que influenciam as votações, sendo a racionalidade apenas um *pressuposto lógico-racional* para o funcionamento do sistema, conforme leciona Regis de Oliveira³⁹.

14. Exposta a função *zetética*, que possui um sentido *descritivo* de *como é* o Direito, Tercio passa à análise da função da hermenêutica *dogmática*, que possui um sentido *prescritivo*, de *como deve ser* o Direito. A função *zetética* traz implicações para a função *dogmática*, em especial pelo *pressuposto* do *legislador racional*.

Para expor os *métodos interpretativos*, o Autor retorna às relações entre duas das díades e as relações de poder (díade *alto/baixo* – autoridade; díade *dentro/fora* – liderança e reputação) para introduzir três critérios: *correção* ou *coerência*, *consenso* e *justiça*.

35. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 245-246.

36. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 248.

37. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 251.

38. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 284.

39. OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *As emoções e o direito*. São Paulo: Editora Novo Século, 2024.

A coerência se traduz como a busca do sentido correto, que exige um sistema hierárquico de normas e conteúdos normativos. O consenso é a busca do sentido funcional, que encontre respaldo social. E a justiça se traduz como a busca do sentido justo, exigindo que sejam atingidos os objetivos axiológicos do direito⁴⁰.

Em função desses três critérios é que se pode falar em três diferentes métodos interpretativos: (1) o gramatical lógico e sistemático; (2) o histórico, sociológico evolutivo; e (3) o teleológico e axiológico.

A esses três métodos deve-se acrescentar a *diade forte/fraco*, que determina a intensidade da prescrição normativa, a qual é influenciada pelas relações de autoridade, liderança e reputação, o que leva a três tipos básicos de interpretação: a especificadora, a restritiva e a extensiva.

15. Deve-se começar pelos métodos interpretativos.

Tercio inicia pelo método interpretativo gramatical, lógico e sistemático⁴¹, expondo três tipos de problemas: (1) os problemas sintáticos, que se referem a questões léxicas, isto é, à conexão das palavras em uma sentença; (2) os problemas lógicos, que se referem à conexão de uma expressão com outras expressões dentro de um contexto; e (3) os problemas sistemáticos, que se referem à conexão das sentenças em um todo orgânico.

Diz Tercio que a doutrina denomina de interpretação gramatical os problemas léxicos identificados, sendo este apenas um ponto de partida da análise do problema, e não o ponto de chegada. É insuficiente parar nesse aspecto, devendo ser utilizados outros métodos interpretativos para solucionar o impasse.

Quando são identificados problemas lógicos, a doutrina costuma denominar de interpretação lógica, que lida com as palavras da norma sob a forma de conceitos. Também aqui, tal como nos problemas léxicos, apenas é identificado o problema, o que é insuficiente para uma solução.

Por fim, os problemas sistemáticos enfrentam a pressuposição hermenêutica da unidade sistêmica do ordenamento, que tem em seu ápice a Constituição, que estabelece os princípios gerais do sistema, devendo a norma ser

interpretada de forma harmônica com todos eles e não de forma isolada em um contexto (apenas civil ou penal, por exemplo), nem em sua concatenação imediata (devem-se considerar os parágrafos e incisos, bem como sua correlação com outras referências correlatas).

16. Outro método exposto por Tercio é o da interpretação histórica, sociológica e evolutiva⁴², no qual se identificam a ambiguidade e a vaguidade das normas.

Nesse sentido, é útil identificar aspectos históricos (referentes à gênese da norma) e sociológicos (referentes ao contexto social da norma), que são interconectados.

Para o uso do método histórico, Tercio recomenda ao intérprete a análise dos precedentes normativos, “isto é, de normas que vigoraram no passado e que antecederam à nova disciplina para, por comparação, entender os motivos condicionantes de sua gênese”. No mesmo sentido, para entender a omissão normativa, o intérprete deve analisar “os debates e os projetos encaminhados e rejeitados”, visando a encontrar a *mens legislatoris*, que é importante para fins de interpretação histórica.

Já no âmbito sociológico, o intérprete deve “verificar as funções do comportamento e das instituições sociais no contexto social em que ocorrem”.

Nesse sentido, a utilização do método interpretativo histórico e sociológico pode assumir duas formas: (1) pelo controle da ambiguidade (que expressa um conceito jurídico indeterminado) por meio de interpretação conotativa, isto é, conferindo um conceito quanto à intenção do uso do termo genérico; ou (2) pelo controle da vaguidade (que expressa um conceito jurídico valorativo) por meio de interpretação denotativa, isto é, estabelecendo quais os objetos que estão abarcados pelo conceito.

Nesse sentido, se a expressão normativa é vaga ou ambígua, usa-se o método histórico para identificar a gênese de sua inclusão na norma, bem como o método sociológico para identificar o contexto social em que tal expressão deve ser analisada quando estiver sendo aplicada.

40. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 252.

41. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 252-257.

42. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 261-265.

17. Por fim, Tercio expõe o terceiro *método*, denominado de *interpretação teleológica e axiológica*⁴³, que diz respeito a questões pragmáticas *stricto sensu*, se reportando fortemente à carga emocional das palavras. Pressupõe-se que sempre é possível atribuir um propósito às normas, que podem ser “os fins sociais a que ela se dirige e as exigências do bem comum”, como consta da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro.

A interpretação *teleológica* busca uma *finalidade* e a *axiológica* busca os *valores* do ordenamento jurídico, e dão margem ao intérprete para a configuração de um sentido. Diversamente da interpretação *sistemática*, que também busca uma cabal e coerente unidade no sistema, a interpretação *teleológica* e a *axiológica*, “parte das consequências avaliadas das normas e retorna para o interior do sistema. É como se o intérprete tentasse fazer com que o legislador fosse capaz de mover suas próprias previsões, pois as decisões dos conflitos parecem basear-se nas previsões de suas próprias consequências. Assim, não importa a norma, ela há de ter, para o hermeneuta, sempre um objetivo que serve para controlar até as consequências da previsão legal”⁴⁴.

18. Após a exposição dos *métodos interpretativos*, Tercio passa a expor os *tipos* de interpretação da dogmática jurídica, que se relacionam à *díade forte/fraco*, relativa à *intensidade da prescrição normativa*, o que leva a três *tipos* básicos de interpretação: a *especificadora*, a *restritiva* e a *extensiva*.

O *tipo* de interpretação *especificadora* é identificado na teoria dogmática como aquela em que “a letra da lei está em harmonia com a *mens legis* ou o espírito da lei, cabendo ao intérprete apenas constatar a coincidência”⁴⁵, explicitando o que a letra da norma contém. Por esse meio o intérprete define o alcance da norma como aquele que decorre do significado claro e direto das palavras, apenas o *declarando*.

Já o *tipo* de interpretação *restritiva* segue linha diversa da anterior, pois “decodifica uma mensagem codificada num código *fraco* por meio de um

código *forte*”, impondo um sentido rigoroso para a exegese do texto⁴⁶. Vê-se logo, por exemplo, na questão dos *direitos fundamentais*, que são delimitados nos termos da Constituição, sendo vedada sua *eliminação* por meio de leis – desse modo, o *forte* código normativo *constitucional* deve prevalecer sobre o *fraco* código normativo *legal*. Pode também vir como *exceção*, na hipótese de normas *excepcionais* ao texto normativo, tal como ocorre na declaração de que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade”, que, em sua parte final, contém uma ressalva a esse direito: “ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (art. 5º, XXXIII). Esse código *restritivo* na interpretação é bastante comum nas normas de direito tributário e de direito penal.

O terceiro *tipo* de interpretação é a *extensiva*⁴⁷, que amplia o sentido da norma além do contido em sua letra, fazendo com que o intérprete tome a mensagem codificada em um código *forte* e a decodifique conforme um código *fraco*, a fim de que a norma alcance situações que o legislador racional não poderia deixar de prever, e que, por meio de uma interpretação meramente *especificadora*, não poderiam ser alcançados. Bom exemplo é o da expressão *direitos do homem*, que, se interpretada de forma *especificadora*, meramente *declarando* o que consta do texto, afastaria todo o gênero feminino, mas, se adotada em sentido *extensivo*, alcança todos os seres humanos. Esse tipo de interpretação extensiva muitas vezes é expressamente vedado para algumas situações.

Tercio ainda alerta para o necessário cuidado que o intérprete deve ter entre a interpretação *extensiva* e a interpretação por *analogia*. Na *extensiva*, o conteúdo da norma nela já constava, embora não tenha sido explicitado pelo legislador. Na *analogia*, usa-se o conteúdo de outra norma e se a aplica em um caso para o qual não havia preceito algum⁴⁸.

43. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 265-267.

44. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 266-267.

45. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 268.

46. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 270.

47. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 271-272.

48. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 272-273.

Outro alerta de Tercio diz respeito ao uso da *equidade*, que “é o recurso a uma espécie de intuição, no concreto, das exigências da justiça enquanto igualdade proporcional”, sendo que, de um lado, “é sempre um juízo jungido ao particular, sem efeitos generalizantes” e, de outro lado, “não aparece como arbitrário, mas sim representando o sentido do que seja jurídico no contexto social em que se aplica”⁴⁹.

19. Tercio analisa também a questão da *aplicação e subsunção* do direito, perguntando como submeter o caso à regra. “A hipótese normativa não é uma simples descrição abstrata e genérica de uma situação concretamente possível, mas traz em si elementos prescritivos”⁵⁰, ou seja, não se trata apenas de uma *subsunção*, contendo também uma *valoração*, constituída por conceitos jurídicos *indeterminados*, que manifestam *vaguidade* (qual a *extensão* do que se deve considerar como repouso noturno ou ruído excessivo?), e conceitos jurídicos *valorativos*, que manifestam *ambiguidade* (o que se deve considerar como *mulher honesta*?).

Essa definição fica a cargo de quem vai decidir sobre o conflito (o decidi-dor), o que pode ocorrer procedimentalmente de modo a: (1) fixar previamente os meios, deixando em aberto as consequências (programação condicional), ou (2) fixar as consequências a serem atingidas, deixando em aberto os meios utilizáveis (programação finalística)⁵¹.

Com base nessa análise, considera-se que, em caso de exacerbação da programação finalística, haverá *consequencialismo* jurídico, o que é nefasto, pois afasta a meios de aplicação do direito. E em caso de exacerbação da programação condicional, será identificado um *formalismo* excessivo, sem a preocupação com as consequências da decisão adotada. Em concreto, não se identifica radicalidade, mas *privilegiamento* dos fins ou dos meios.

Nos sistemas jurídicos positivados e burocratizados (no sentido sociológico), privilegia-se a programação condicional, em face da crença de que o ordenamento jurídico busca a justiça.

49. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 281.

50. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 293.

51. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 297-298.

III A virada hermenêutica realizada

20. Exposta a compreensão de Maximiliano e de Tercio sobre hermenêutica jurídica, cabe fazer algumas distinções entre elas.

Os ensinamentos de Maximiliano bebem na fonte de Jhering, ao admitir fortemente que deve ser buscada pelo intérprete a finalidade da norma, deixando em segundo plano o método histórico, tão caro a Savigny. Identifica três *processos* de interpretação: (1) o gramatical; (2) o lógico, e (3) o sistemático. E dois *elementos* interpretativos: o *histórico* e o *teleológico*, sendo prevalente este último, embora destaque que não se deve ater apenas a um deles.

Tercio *revira* a hermenêutica de Maximiliano, pois se abebera da teoria da comunicação normativa, distinguindo dois momentos no afazer hermenêutico: o zetético e o dogmático, que se interpenetram, embora sejam distintos. No âmbito *zetético*, destaca o pressuposto do *legislador racional*, que colmata todo o sistema, e que, embora não exista na realidade, condiciona a hermenêutica da dogmática jurídica.

Coloca em destaque três diferentes línguas: a da *realidade* (como as coisas são), a *normativa* (como as coisas *deveriam ser*) e, para intermediar a relação entre essas duas, a *hermenêutica*, que é utilizada por especialistas, aos quais cabe dizer o direito, considerando a *dimensão* da *autoridade* (diáde *alto/baixo*) e a da *liderança e reputação* (diáde *dentro/fora*), utilizando os *critérios* de *coerência, consenso e justiça*.

Daí surgem três diferentes *métodos* interpretativos: (1) o *gramatical lógico e sistemático*; (2) o *histórico, sociológico evolutivo*; e (3) o *teleológico e axiológico*. Admitindo-se três *tipos* básicos de interpretação: a *especificadora*, a *restritiva* e a *extensiva*, que devem ser analisados sob a ótica da *intensidade da prescrição normativa* (diáde *forte/fraco*).

Tercio, tal como Maximiliano, destaca que não se deve ater a apenas um desses *métodos* interpretativos, embora se identifique nesta uma função ideológica (no sentido de encobertadora da realidade) da hermenêutica zetética.

Existe ainda a diferença na aplicação da norma, que deixa de ser um exercício de subsunção, como em Maximiliano, para se tornar uma etapa discursiva, na qual se deve demonstrar os meios (programação condicional) e os fins (programação finalística) na decisão. Em vez do uso dos métodos de Maximiliano (gramatical, lógico e sistemático), Tercio os insere em um dos

métodos vinculados à comunicação normativa, atribuindo-lhes outros contexto e dinâmica no processo hermenêutico.

Esta *virada* hermenêutica atribuiu um sentido dinâmico à interpretação dos textos normativos, impondo ao intérprete a análise das diversas dimensões na correlação comunicativa entre as diferentes línguas por meio das quais os sentidos da norma são construídos. Afinal, consoante Tercio, “é o jurista que faz a lei falar”⁵², por meio da língua hermenêutica, sendo, ela própria “um poder de violência simbólica que faz a lei falar [...], tudo sendo feito “em nome da *ratio legis* (na verdade, a vontade do legislador racional)”⁵³.

IV A interpretação do direito tributário

21. Sendo o direito tributário um ramo do direito, submete-se às mesmas regras hermenêuticas descritas, estando sujeito à virada hermenêutica mencionada. O intérprete, contudo, deve estar atento a algumas características próprias dessa disciplina para fins hermenêuticos, no âmbito zetético ou dogmático.

Essa afirmativa está alinhada com o que mencionou Ezio Vanoni, em 1932, em sua obra *Natureza e interpretação das leis tributárias*, ao dizer, “desde que as características das normas tributárias não se distinguem das demais normas de direito, a opinião que pretende negar aplicabilidade, às leis tributárias, dos mesmos métodos de interpretação que se aplicam às leis em geral, parece destituída de qualquer fundamento”⁵⁴.

Acresce Vanoni, contudo, que se deve “verificar de que modo as regras gerais se adaptam às exigências particulares das relações disciplinadas pela lei tributária, e quais as peculiaridades que sejam impostas pela natureza das próprias relações”⁵⁵.

52. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 249.

53. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 270.

54. VANONI, Ezio. *Natureza e interpretação das leis tributárias*. Tradução: Rubens Gomes de Sousa. Rio de Janeiro: Edições Financeiras, s/d.

55. VANONI, Ezio. *Natureza e interpretação das leis tributárias*. Tradução: Rubens Gomes de Sousa. Rio de Janeiro: Edições Financeiras, s/d. p. 182.

Esse ponto da *natureza das próprias relações disciplinadas pela lei tributária* leva à análise dessa disciplina jurídica em face das demais, o que aponta duas distinções primordiais.

22. A primeira distinção está correlacionada à distinção entre Estado e governo.

(1) direito tributário é *fortemente* vinculado às relações de poder, pois ~~uma~~ normas não regulam relações entre partes privadas que se encontram em iguais posições, como ocorre no direito privado, nem mesmo nas relações protetivas, como no direito de família. De igual modo se distingue do direito do trabalho, quando as relações permanecem privadas, mas com desequilíbrio econômico entre as partes.

(2) direito tributário se insere dentre aquelas atividades reguladas pelo Estado, sendo sua *função* a de arrecadar recursos da sociedade para os cofres públicos. Em outra etapa desse afazer, tais recursos são destinados para que o Estado possa prestar serviços (públicos) necessários à sociedade.

Deve-se observar que *função* é um critério jurídico imposto a uma pessoa ou instituto, para que exerça o poder em proveito de outrem, e não em proveito próprio. A função vincula um sujeito ou um instituto a uma finalidade⁵⁶. De forma sintética, sob a ótica de um indivíduo incumbido de exercer uma função, Bandeira de Mello define: “existe função quando alguém está incumbido no dever de satisfazer dadas finalidades em prol do interesse de outrem, necessitando, para tanto, manejar os poderes requeridos para supri-las. Tais poderes são instrumentais ao alcance das sobreditas finalidades”⁵⁷. Essa assertiva pode ser utilizada também para institutos jurídicos, que cumprem uma função, isto é, estão vinculados a uma finalidade a ser alcançada.

Para o exercício dessa *função* pelo direito tributário cumpre distinguir duas dimensões do ordenamento jurídico: (1) a *estrutural*, na qual são estabelecidas as normas jurídicas que alicerçam o Estado, em especial os *princípios*, que são seu *fundamento* (base, pilar), *início* (começo, ponto de partida) e *finalidade* (alvo, ponto de chegada a ser alcançado); e (2) a *conjuntural*, que é exer-

56. SCAFF, Fernando Facury. *Orçamento republicano e liberdade igual*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2018. p. 177 e ss.

57. BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 72. Sobre esse tema, do mesmo autor e obra, ver também p. 102 e p. 992.

cida pelos *governos*, que se sucedem no *tempo* (mandatos político-eleitorais) e no *espaço* (níveis federativos) no comando do Estado, que *devem agir* de conformidade com o ordenamento jurídico *estrutural* criado⁵⁸.

Os *governos* agem na *conjuntura* econômica, sob os comandos da *estrutura* normativa do Estado. O direito tributário é o *instrumento* para que os *governos* ajam de modo *conjuntural* sobre a economia a fim de cumprir a *função* de arrecadar recursos da sociedade, sob a égide da *estrutura* do Estado. A economia é *dinâmica*, o que obriga os *governos* a agirem *conjuntamente*; o Estado é *estático*, construído por meio de uma *estrutura* jurídica que estabelece os parâmetros da atuação dos *governos*.

É necessário distinguir as normas *estruturais* do Estado, estabelecidas primordialmente na Constituição (mas não só nela), e a atuação *conjuntural* dos sucessivos *governos*, distintos no tempo e no território, que são os entes diretamente interessados e beneficiários da arrecadação. O governo age de forma *conjuntural* segundo as regras estabelecidas para a *estrutura* do Estado, porém, pode ocorrer de os interesses *conjunturais* dos *governos*, dentre eles a arrecadação, colidirem com a *estrutura* do Estado, que no Brasil é uma estrutura de Estado Democrático de Direito, alicerçado, na área tributária, por vários princípios, como o da reserva legal, da anterioridade, da irretroatividade, da isonomia etc.

23. A segunda distinção do direito tributário está relacionada ao fato de que os *governos* desempenham a função de *legislador racional* e são os beneficiários das normas que estabelecem a arrecadação, o que deve ser analisado em duas etapas.

Na primeira etapa, pode-se dizer que, no direito tributário, o *mesmo ente* se configura o *sujeito ativo* da obrigação tributária e o *legislador racional*, que é um pressuposto do ordenamento jurídico.

Essa simbiose entre ser o Estado o *legislador racional* e também o *beneficiário* das normas que estabelecem a arrecadação, acarreta que, por meio do direito tributário, os *governos* impõem à sociedade o pagamento de tributos, com os quais se favorece. Havendo algum desvio nessa atuação arrecadatória

conjuntural dos *governos* quanto à *estrutura* normativa do Estado, a norma *deverá ser declarada inválida* (ilegal, inconstitucional).

Todavia, sob um prisma filosófico, não se pode congelar a análise nesse ponto, em especial quando se analisa uma *função*, pois isso acarretaria entender como exaurida a *função* do direito tributário tão somente na análise da arrecadação e as disputas existentes entre os *governos* e os contribuintes.

A segunda etapa é que as receitas arrecadadas suprirão os cofres públicos para a realização de despesas, usando-as para a prestação de serviços públicos. Aqui se identifica a *dinâmica* da hermenêutica zetética, estabelecendo uma correlação financeira entre arrecadação e gasto.

Daí se retorna à questão dos *governos*, em especial no que se refere à temporalidade dos mandatos parlamentares, o que nos leva à *política partidária*, que se faz por meio da realização de *despesas*. Um bom exemplo esdrúxulo e não republicano é o mecanismo financeiro das *emendas parlamentares* com execução obrigatória, que aprisionam parte do orçamento para interesses pessoais dos parlamentares – parte da arrecadação (direito tributário) é utilizada para esse tipo de despesa obrigatória. Com mais gastos, busca-se maior arrecadação, gerando uma dinâmica financeira que deve ser compreendida em sua inteireza, e não circunscrita a uma etapa desse processo.

Logo, deve-se considerar na interpretação do direito tributário, o enobertamento da dinâmica *arrecadatória* em face dos interesses *partidários* dos *governos*, em prol de seus próprios interesses eleitorais. Isso decorre da democracia *representativa*, exercida por intermédio dos partidos políticos, que lutam para conquistar e se manter no comando da *estrutura* construída para o Estado, podendo-se utilizar *conjuntamente* do instrumental arrecadatório de forma contrária à *estrutura* do ordenamento jurídico. Afinal, no mesmo ente se concentra a figura do *legislador racional* e o *beneficiário* das normas arrecadatórias.

24. A interpretação do direito tributário deve levar em conta essas duas distinções características desse ramo do direito: (1) entre normas de *estrutura*, que organizam o Estado, atribuindo diversas garantias aos cidadãos/contribuintes, no cotejo com as normas de *conjuntura*, que os *governos* estabelecem; e que (2) no mesmo ente, o governo, se concentra a figura do *beneficiário* da arrecadação e a do *legislador racional*.

58. OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Indagação sobre os limites da ação do Estado*. São Paulo: RT, 2016.

Nesse caso, a hermenêutica do direito tributário deve considerar a possibilidade de haver colisão de interesses em face das normas *estruturais*, protetivas dos contribuintes, e aquelas *conjunturais*, que os governos podem estabelecer como *legislador racional*, sendo também o *beneficiário* dessa arrecadação.

Nesse sentido, os *métodos* hermenêuticos devem ser utilizados no sentido de afirmar e fortalecer as garantias *estruturais* do Estado, ser substanciais ou procedimentais, que protegem o contribuinte/cidadão em face dos interesses *conjunturais* dos diferentes governos que se sucedem no tempo e no espaço geográfico.

Como é óbvio, o *direito* tributário é mais amplo que a *legislação* tributária, cujo *tipo* de interpretação a ser adotada é a *restritiva* em algumas situações, conforme estabelece o Código Tributário Nacional nos arts. 107 a 112, com diversas disposições em seus vários incisos.

Conclusões

25. O assunto é tormentoso e a pesquisa ora apresentada ainda requer maior análise.

Identifica-se que a teoria hermenêutica de Carlos Maximiliano foi extremamente importante quando exposta há exatos cem anos, influenciando gerações e determinando o método jurídico-interpretativo dominante na doutrina e na jurisprudência brasileiras; todavia, não dá conta da complexa realidade atual, cuja doutrina é influenciada por outras escolas que surgiram ao longo do século.

Tercio Sampaio Ferraz Jr. reconstrói os processos hermenêuticos usando a teoria da comunicação normativa e expõe as relações de poder que são mediadas pelo direito por meio da hermenêutica filosófica ou zetética, desnudando a realidade, o que sequer era cogitado por Maximiliano. Essa atividade filosófica influencia fortemente a hermenêutica dogmática, que formula por meio de outros métodos e tipos interpretativos.

Nessa reconstrução, Tercio utiliza de alguns métodos consagrados, como os que também foram usados por Maximiliano, ressignificando-os e ampliando seu alcance, de tal modo que, só com muito esforço, se pode identificar que os dois autores tratam do mesmo tema, embora o façam sob óticas diferentes.

A teoria da hermenêutica jurídica exposta por Tercio para o direito como um todo, deve ser utilizada para a interpretação do direito tributário, considerando duas características próprias dessa disciplina: (1) os governos agem *conjunturalmente* na economia, podendo ocorrer que venham a agir em desacordo com as normas que *estruturam* o Estado; e (2) o beneficiário das normas que impõem a arrecadação é o mesmo governo que exerce o papel de legislador racional, pressuposto do ordenamento jurídico. Daí a necessidade de o intérprete do direito tributário fazer prevalecer as normas estruturantes em detrimento das conjunturais, pois o governo, que acumula as funções de beneficiário da arrecadação e legislador racional, pode buscar arrecadar em favor de seus próprios interesses.

A despeito das diferenças entre os dois autores, há uma identidade entre eles, que deve ser subscrita: usar *apenas um* dos métodos interpretativos é *insuficiente* para se interpretar o direito de conformidade com os critérios de coerência, consenso e justiça.

Referências

- IBANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *As emoções e o direito*. São Paulo: Editora Novo Século, 2024.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Indagação sobre os limites da ação do Estado*. São Paulo: RT, 2016.
- SCAFF, Fernando Facury. *Orçamento republicano e liberdade igual*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2018.
- VANONI, Ezio. *Natureza e interpretação das leis tributárias*. Tradução: Rubens Gomes de Sousa. Rio de Janeiro: Edições Financeiras, s/d.